

**Entrevista: Carlos Bielschowsky, professor do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Aberta do Brasil. Fundador e ex-Presidente do Consórcio CEDERJ-CECIERJ**

**Entrevistadores: Marcos Veríssimo, Monica Garelli e Bruno Mibielli<sup>1</sup>.**

**Edição: Bruno Mibielli / Revisão: Hully Guedes.**



**Prof. Marcos Veríssimo:** Obrigado professor, queria agradecer aqui, mais uma vez, publicamente, e gravado, pela sua disponibilidade de estar conosco. A gente gostaria de começar pedindo para você falar um pouco da sua trajetória acadêmica e dessa relação com a trajetória da criação do Ensino a Distância no Estado do Rio de Janeiro, a gente sabe que você esteve desde a fundação do CEDERJ. E como é que foi esse tempo da fundação? Como é que é o papel da UFF na formulação dos cursos EAD? Os obstáculos? Bom, a palavra está contigo.

**Prof. Carlos Bielschowsky:** Obrigado Marcos, eu que agradeço o convite e a oportunidade de falar sobre o CEDERJ. Na verdade, sou uma pessoa que vem da área das exatas, eu trabalhava com Química Quântica, Físico Química Molecular, mas sempre gostei muito da parte do ensino. Quando estava na UFRJ, comecei a me envolver com os laboratórios de informática da graduação e fiz parte de um projeto de reforma curricular. Foi quando eu desenvolvi esse interesse pela educação, mas com um componente de tecnologia também.

Em um determinado ponto, minha história cruzou com a do Wanderley de Souza<sup>2</sup>, que absorveu esse projeto da universidade aberta do Darcy Ribeiro, aí que começa o elo com a história do projeto do Cederj. O Darcy Ribeiro queria fazer a Universidade Aberta do Brasil, aberta e à distância. Ele já tinha sido um dos grandes responsáveis pela criação da Universidade Nacional de Brasília e também foi um dos principais criadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.

---

<sup>1</sup> Marcos Veríssimo: Coordenador do LABIAC e Editor-chefe da RCM; Monica Garelli: Coordenadora de Tutoria Tec. Segurança Pública e Social - UFF/CEDERJ e Editora da RCM; Bruno Mibielli: Membro do LABIAC e Editor-chefe da RCM.

<sup>2</sup> Foi o primeiro reitor da UENF e Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia no período de 1999 a 2002. Darcy Ribeiro e Wanderley de Souza firmaram parceria ainda na idealização e viabilização da criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

Foi na época da criação da UENF que o Darcy encontrou com o Wanderley de Souza e, acho que foi dali que surgiu essa perspectiva de criar o sistema de educação à distância, nesse formato, unindo diferentes universidades. Ele queria juntar a UFRJ com a UNB, e se não me engano a URGS e a Unicamp, eu não tenho muita certeza. De toda forma o Darcy Ribeiro tinha essa ideia e conviveu com o Wanderley de Souza durante um período. Infelizmente o Darcy morreu, mas deixou essa ideia seminal na cabeça do Wanderley que, quando assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, resolveu trazer esse projeto nacional para o âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Ele criou uma superintendência de educação a distância, eu acabei envolvido com esse projeto através de pessoas próximas a ele, Adilson e Astrea, com as quais tinha atuado na UFRJ. Foi, então, que recebi essa “simples” encomenda, de colocar a ideia do Darcy e do Wanderley em prática. É muito louco pensar que você está num lugar e te sugerem: “vamos criar um sistema de educação à distância em todo o estado?!” (risos) Mas foi assim, foi simples assim.

Na época do convite, o Adilson<sup>3</sup> estava como Reitor na UENF, e eu fiquei inicialmente meio ano fazendo esse desenho, estranho falar e rememorar agora, mas foi assim, de repente eu estava pensando como iríamos construir um sistema, a partir do zero. Comecei pesquisando o que estava acontecendo aqui e no mundo, li muito, fui para um grande congresso que ocorria na Áustria, o ICDE, visitei uma instituição estrangeira, a Fern Universitat e outras que atuavam com Ead no Brasil, como a UFSC, entre outros esforços. Lembrando que o sistema tinha como princípio reunir as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, inspirado na ideia de Darcy Ribeiro de juntar as instituições públicas do Brasil.

Um dos componentes, que também queríamos, era envolver o Estado, os municípios e as universidades, isso a gente pegou da experiência da UNED<sup>4</sup> Espanha que, além de envolver as universidades, envolvia também os municípios. Tivemos uma interação muito forte com essa universidade, e vimos que eles envolvem o governo federal, o estadual, os governos municipais e a universidade. Esse foi um componente que acabou entrando logo no início e, a partir daí, começou a complicar o desenho do sistema.

Como construir um sistema envolvendo essas várias competências, esses vários saberes? Então, ainda um pouco perdido, a coisa começou a clarear quando colocamos o aluno no centro desse “universo”. Peguei tudo o que o aluno precisava ter, materiais,

---

<sup>3</sup> Adilson Gonçalves é matemático, com ênfase em Álgebra, e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reitor pro-tempore entre 01/01/99 e 05/07/99. Fonte: [http://www.uenf.br/portal\\_old/index.php/br/institucional/galeria-ex-reitores.html](http://www.uenf.br/portal_old/index.php/br/institucional/galeria-ex-reitores.html)

<sup>4</sup> A Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED); em castelhano *Universidad Nacional de Educación a Distancia*) é uma universidade pública espanhola, fundada em 1972. A UNED está presente, hoje em dia, em 60 centros em Espanha e 20 no estrangeiro, nomeadamente em Bata, Berlim, Berna, Bruxelas, Buenos Aires, Caracas, Lima, Londres, Malabo, México, Paris e São Paulo. A UNED é a segunda maior universidade europeia com mais de 150.000 estudantes, e está, desde 1997, associada à UNESCO promovendo o desenvolvimento do ensino a distância. Wikipedia.

tutorias, avaliação entre outros e pensei, como é que vamos distribuir essas tarefas entre esses diversos atores do processo? Tenho até hoje uma figura desse primeiro esboço.

Nesse desenho, a competência acadêmica era toda da universidade, a gente (CEDERJ) não iria interferir, os polos regionais seriam mantidos pelos municípios e o Estado entraria com todo dinheiro para as universidades. Nessa época as universidades já estavam em um processo difícil, sem verbas e, infelizmente, estamos vendo isso novamente. Mas voltando, pensamos no modelo sem precisar tirar dinheiro das universidades e, ao mesmo tempo, nós não queríamos entregar os recursos diretamente à universidade, para não entrar no bolo do orçamento e não ser utilizado ao que foi destinado.

Com o pré-projeto elaborado, fomos apresentá-lo primeiro no gabinete do secretário de ciência e tecnologia, Wanderley de Souza, para depois fazer uma reunião com reitores e pró-reitores. Nessa reunião com os reitores, encontramos um pouco de resistência na questão financeira, mas mantivemos a posição, usar os recursos do Estado para criar um sistema que a pagássemos as bolsas e demais despesas da Ead.

Nesta primeira vez que eu apresentei ao Wanderley esse projeto, ele indagou onde estariam os laboratórios, foi daí que pensamos nos polos e, assim foi-se criando um desenho, que hoje, pode parecer muito natural. A UFF teve um papel muito importante desde o início, desde o momento que apresentamos o projeto para os reitores, o Reitor na época era o Cícero e a Pró-Reitora de Graduação, Esther. Depois desta reunião com os Reitores iniciamos uma construção mais coletiva visando aprimorar este pré-projeto na qual a UFF assumiu uma liderança positiva.

Logo depois escolhemos um coordenador para área de matemática, me lembrei do Celso Costa, que além de competantíssimo, é meu amigo, morou com meu irmão em 1972, tínhamos uma relação muito próxima. Ele foi muito importante, gostou do projeto e ajudou a puxar a UFF. A gente queria começar com a matemática na UFF e a universidade teve, através de seus gestores, essa liderança e a coragem de lançar o primeiro curso de vestibular aberto de educação a distância do Brasil. Talvez o CEDERJ não existisse, não fosse a coragem e a determinação da UFF.

Só completando um pouco essa parte inicial, nos parecia muito natural que iríamos reunir as universidades, que dividiríamos entre elas as disciplinas de todos os cursos e fariam parte de um mesmo sistema acadêmico, na minha cabeça aquilo parecia um sistema natural, mas com o tempo fomos percebendo que não existia esse sistema, que se compartilha disciplinas, tão intrinsecamente conectado. Eu acho que não tem exemplo disso no mundo, então digamos que foi a coragem dos inocentes. Foi-se criando um modelo e aprimorando nessa relação das universidades e de diferentes atores, acho que acabou ficando um modelo sólido, felizmente.

**Prof. Marcos Veríssimo:** Professor, quais foram os principais obstáculos?

**Prof. Carlos Bielschowsky:** Um obstáculo muito grande que tínhamos na época era o preconceito contra a educação a distância. No Brasil só havia um curso de graduação com Ead, para formação de professores em exercício, inicialmente como uma parceria das Universidades Federal e Estadual de Mato Grosso que acabou se espalhando em outras universidades estaduais do país. Tinha essa experiência e não tinha mais nada, o CEDERJ foi de fato o primeiro vestibular aberto de educação a distância no Brasil.

Foi uma trajetória difícil, uma vez eu somei o número de conselhos que o projeto passou para alcançar o lançamento de seus diferentes cursos, parte destes com nossa participação, foram cerca de 150 conselhos de departamento, de centro e conselhos superiores, fizemos pós-doutorado em discussão em conselhos! No começo tive muito receio de que alcançaríamos a mesma qualidade de nossos cursos presenciais, era como se o projeto fosse um filho, quando efetivamente começamos a colocar o projeto em marcha comecei acordar todo dia, por meses, às 5h da manhã com a sensação de estar afundando, me afogando. Depois passou, mas era um receio completamente fundado, infelizmente a gente vê que a Ead vem sendo mal utilizada e trazendo prejuízos ao país, nosso consórcio não, mas daqui a pouco falo um pouco sobre isso.

**Profª. Monica Garelli:** Professor, eu lembro que no início do CEDERJ, nos primeiros vestibulares não havia um sistema que abarcasse tudo, o controle era feito pela professora Ani através de tabelas excel. Eu participava mais da parte administrativa, então eu via muito isso, essa insegurança que tinha em torno de não se ter um sistema para isso. O controle era feito em cada polo, através de planilhas de excel, e então era enviado e a Ani que juntava aquilo tudo em um monte de planilha. Esse processo se complicou depois, com o falecimento inesperado da professora Ani. Foi um período de tristeza, pela morte, e desespero de ir atrás de informações e de fazer o sistema funcionar, esse momento me marcou muito.

**Prof. Carlos:** Muito bom lembrar da querida Ani, uma peça rara, muito querida, bom lembrar dela. Mas não foi só esse sistema de matrícula que foi construído com o CEDERJ em andamento, essa pedagogia e essa compreensão do sistema foi sendo construída nesse coletivo. Tem um detalhe dessa pedagogia a distância do CEDERJ, no primeiro ano eu fiquei sozinho fazendo o desenho, mas depois foi-se juntando mais pessoas, depois virou um coletivo. No início eu tinha muita liberdade de pensar num modelo, a questão era estar formando um projeto, depois não, tudo era muito discutido, demorava-se horas, mas era legal também, era um outro componente e já tínhamos muitas pessoas pensando conjuntamente. Nós reunimos, nas universidades, pessoas com experiência e com possibilidade de ajudar como a Ani, como a Ester, o Celso Costa, o Mauro que nos ajudaram em vários processos, para citar somente algumas pessoas da UFF.

Ainda sobre a metodologia, uma coisa que foi decidido ainda antes desse coletivo, foi o *blended learning*. Esse foi um aspecto que me preocupou muito na hora que visitei

diferentes universidades no exterior na montagem do sistema. Naquela época a UNED da Espanha e da FERN<sup>5</sup> na Alemanha, por exemplo, não tinham a parte virtual muito consolidada, utilizavam material didático impresso, polos de apoio presencial e tutoria presencial. Por outro lado, estava começando nos Estados Unidos e na Universidade Aberta da Catalunha na Espanha e em outros lugares sistemas mais virtuais, e isso me deixou um pouco confuso, de qual caminho tomar.

A decisão tomada foi fazer o *blended learning*, fomos um dos primeiros sistemas que nasceram misturados, com uma parte presencial e uma parte a distância. E foi o que a fizemos, tentamos colocar tudo que pudesse dar certo, pegamos todos os elementos institucionais que poderiam ajudar e colocou no sistema. Um aspecto muito importante foi que o sistema foi dirigido à autonomia do estudante, fortalecendo essa autonomia.

**Profª. Monica:** E como é que foi a questão do reconhecimento desses cursos?

**Prof. Carlos:** Boa pergunta Mônica! Foi uma pedrinha, depois outra pedrinha. Eu tinha participado de alguns processos no MEC, conhecia de lá o Eduardo, que estava nessa época responsável na SESU<sup>6</sup>, e tínhamos colaborado no PAIUB<sup>7</sup> e no plano de reconstrução de equipamentos. Eu pedi ajuda a ele, eu falei: “olha a gente está querendo fazer um credenciamento em um modelo no qual gostaríamos que o diploma fosse compartilhado”. E o Eduardo falou: “esquece, não vai conseguir, você tem que seguir uma coisa mais tradicional, você tem que fazer a diplomação pela universidade”.

Criamos então esse sistema onde o curso é a dado por várias universidades mas a diplomação de um aluno é feita por uma das universidade, o número de diplomas proporcionais ao envolvimento acadêmico das Universidades no curso. Com isso o Eduardo nos enviou uma equipe precursora para fazer uma pré-avaliação do curso de matemática. Eu me lembro, estava o Valente (Unicamp), a Maria Helena (UFRJ) na época coordenadora da área de matemática entre outros. Por volta da mesma época, cogitamos colocar o nome Universidade Aberta e a Distância do estado do Rio de Janeiro, mas isso não condizia com a classificação do MEC.

Somente após o curso de matemática, que foi o primeiro curso, passar nos conselhos da UFF, que submetemos o processo ao MEC, que acabou sendo aprovado. Aí tem uma historinha, uma anedota, do dia da aprovação do curso. Eu estava em um encontro na Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá, e ao mesmo tempo estava tendo a reunião do Conselho Nacional de Educação, o CNE, em Brasília. Nosso curso estava marcado para entrar na pauta daquela reunião do CNE, mas não entrou no primeiro nem no segundo dia e tampouco no terceiro dia, pensamos que a reunião do Conselho Nacional de

---

<sup>5</sup> A Universidade de FERN, na cidade de Hagen, é a única universidade pública em educação a distância da Alemanha. Maior universidade em número de estudantes da Alemanha. Fonte: [www.fernuni-hagen.de](http://www.fernuni-hagen.de)

<sup>6</sup> Secretaria de Educação Superior - Ministério da Educação.

<sup>7</sup> PAIUB - Programa de Avaliação Institucional. Programa instituído em 1993 pelo Ministério da Educação.

Educação tinha acabado, e, frustrados, resolvemos topar um convite para visitar o pantanal para arejar. Não era época de celular muito popularizado, e nem adiantava, pois lá pantanal não pegava sinal de celular, mas estava conosco uma colega, a Elizabete Rondelle, que tinha um telefone celular jurássico daqueles tijolos da época, e, de repente, no meio de jacarés e pássaros o celular de Elizabete toca, literalmente no meio do mato! Era um repórter, tentando nos encontrar para entrevistar sobre o primeiro curso de educação a distância com vestibular aberto aprovado, e, antes de que pudessemos responder, a ligação caiu. E foi assim que soube dessa vitória, no meio lá de pássaros enormes e jacarés no pantanal. Quando estávamos no caminho do aeroporto de Cuiabá finalmente conseguimos sinal no celular, ao fazer contato com a SECTI estavam todos comemorando, foi uma conquista significativa porque não tinha curso a distância aprovado no Conselho, foi uma trajetória de cerca de dois anos. Depois os outros cursos foram muito mais fáceis, porque já tínhamos uma perspectiva. Foi uma trajetória de construção passo a passo, quando saiu a gente ficou muito feliz.

**Prof. Marcos:** Como é que foi lá no ano de 2013, quando você estava na presidência do CEDERJ, que surgiu a ideia de ter uma graduação da UFF em Segurança Pública? Acolhendo nos seus quadros, como estudantes, exclusivamente profissionais da área da Segurança Pública e policiais e outros profissionais, os chamados homens da lei.

**Prof. Carlos:** Eu acho importante destacar que quando foi construído o CEDERJ, nós tínhamos muita clareza que ele veio para escolher carreiras que pudessem contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Estado. No início, começamos pelas carreiras de formação de professores, tais como física, química, e biologia, que são os profissionais que mais faltavam no Estado. E começamos pelo interior do Estado, exatamente para ver se conseguíamos fixar a população no interior, contribuir para uma educação mais equânime e mais justa, focado no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, nós acolhemos além das licenciaturas também o curso de administração, que poderia fixar mais as pessoas no interior, e o curso de tecnólogo de informática, que é da UFF, que também é outro curso que poderia potencializar o desenvolvimento econômico. Então o Cederj foi criado desde o início com essa perspectiva, de fixar nossa população no interior, dar oportunidade de trabalho para quem, eventualmente, está perto do grande centro e precisa de outros espaços, já que tínhamos, e ainda temos, muita concentração de ensino público na capital.

O curso de Segurança Pública entrou com uma luva nessa perspectiva, é impossível pensar em um curso que tivesse mais a ver com essa filosofia original. Na realidade, este curso foi uma demanda da secretaria de segurança, vindas do secretário (José) Beltrame e da subsecretária Juliana, figura aliás maravilhosa que muito admiro. E eles trouxeram embaixo do braço o Kant, um cara entusiasmado, um guerreiro pelo qual tenho profunda admiração. Em síntese, é impossível vir uma demanda de forma mais qualificada.

Na época, eu, o Celso e a Masako, falamos: “Opa! Vamos em frente, isso aí tem tudo a ver com essa nossa missão”. Ainda mais que é uma área que precisava de uma transformação e existia essa ilusão, que com o Beltrame, que com esse movimento que estava sendo feito, teríamos uma oportunidade de caminhar no sentido positivo na área de segurança pública no Estado.

O termo é um pouco informal, me desculpem, mas caímos de cabeça! O nosso papel era oferecer as condições e a metodologia para que isso pudesse acontecer, com os seus desafios, aliás todos os cursos tiveram seus desafios específicos. Um dos maiores era ser um curso com um público específico, quem poderia fazer o curso? Além de algumas questões para os profissionais da Segurança Pública frequentarem nossos polos, por exemplo, questões relacionadas com o porte de armas. Qual é a legislação que sustenta isso? Então, tínhamos uma série de questões específicas envolvidas, desafios que surgem ao montar qualquer curso, por exemplo no curso de biologia, física e química um grande desafio era como montar os laboratórios nos polos, de forma a oferecer aos alunos, condições que possam elevar eles ao mesmo patamar que em um curso presencial.

O desafio foi bom, e a gente estava ali para isso mesmo. E o curso caiu que nem uma luva na perspectiva da questão original do consórcio e veio para colaborar nesse sentido.

**Prof. Marcos:** Nesse contexto, gostaria de pedir para você comentar um pouco sobre como essa experiência com Tecnólogo mudou, de alguma maneira, a sua concepção sobre segurança pública?

**Prof. Carlos:** Deixa eu fazer antes um comentário sobre a questão do modelo da oferta do curso. Nós participamos principalmente criando condições, por exemplo, avaliando e atendendo as demandas específicas de tutoria deste curso. Mas também demos alguns pitacos na questão da organização do curso. Insistimos bastante, de que o primeiro semestre, teria que ser um semestre em que não adiantaria entrar de sola com o conteúdo da área, lembro que o Kant e o Pedro foram muito sensíveis a isso.

Tínhamos convicção de que o primeiro semestre não deveria ter um conteúdo da área de segurança pública muito profundo, apenas algo que pudesse motivar os alunos na área e ao mesmo tempo trazer os alunos para a metodologia da educação à distância. E hoje, olhando a grade curricular de vocês, fico feliz de ver que está lá: Introdução aos Estudos de Segurança Pública; Estado, Direito e Cidadania, como um dos conteúdos introdutórios da área de segurança pública. E ainda o Português Instrumental; Introdução à Educação a Distância; Introdução a Informática, como conteúdos dessa metodologia.

Quando se começa um curso, as pessoas da área querem botar muitas disciplinas, mas isto aparentemente não funciona. Na Biologia, por exemplo, não sei se a Monica se lembra, começamos com oito disciplinas e foi um horror! O aluno no início está em transição entre o ensino presencial e o ensino a distância e precisa dessa fase de adaptação,

que tem que ser *light* no conteúdo e instrumentalizar o aluno para a educação a distância. Essa foi uma contribuição que pudemos oferecer aos professores das áreas, ao Kant, ao Pedro, à Juliana e entre outros.

**Profª. Monica:** Isso foi muito importante também porque o Curso de Segurança Pública tinha também um público-alvo que é diferenciado, muitos deles que já tinham concluído o ensino médio há algum tempo. Então, essa ponderação do professor Carlos, de construir o curso com essa metodologia, foi muito boa, porque ajudou bastante no Tecnólogo. Diferente dos outros cursos de início do consórcio, que começavam muito grandes, com muitas disciplinas.

**Prof. Carlos:** Isso, fomos refazendo a grade curricular dos cursos. Eu e o Celso Costa viajávamos aos polos uma semana por mês e conversávamos bastante com os alunos, aprendendo com eles. Como consequência, por exemplo, o curso de matemática foi tirando as disciplinas mais embotadas do primeiro ano e introduziu o Pré-cálculo, depois a Introdução a Matemática. Em seguida fomos revendo todas as grades curriculares dos outros cursos, colocando as disciplinas introdutórias no primeiro semestre e jogando mais para frente as mais cabeludas. Desta forma, os alunos que chegavam ao segundo, terceiro ano abordando conteúdos mais fortes já estavam mais capacitados.

Agora, para responder à questão do Marcos, do que mudou na minha concepção da área de Segurança Pública. Não sou especialista, se aprendi alguma coisa foi através da relação com vocês, que são da área, e percebi em vocês um mantra: mediação de conflito! Isso era falado o tempo todo, em cada cinco coisas que se falava, aparecia mediação de conflito! Isso é uma coisa que a gente não ouve normalmente, porque não é da área e não tem clareza da importância de mudar uma força de segurança pública, pautada no confronto, e na intervenção repressiva, para uma cultura, uma prática de trabalhar com mediação de conflitos.

Quando pessoas leigas como eu veem, por exemplo, eventos como este do Jacarezinho<sup>8</sup>, e outras notícias de violência policial, o que a gente ouve da mídia, nos dá essa sensação de que o problema da polícia é que ela não tem uma metodologia de gerenciamento mais científica, como aliás o nosso tecnólogo também aborda.

Fui aprendendo que o problema da polícia é que vêm de uma tradição pseudo-militar, com resquícios do sistema autoritário, blindada em si, em suas ideias. E isso afeta de várias maneiras a formação do policial. Não vejo no foco do que sai na mídia, para pessoas leigas como eu, a necessidade de uma mudança de cultura na constituição da segurança pública.

Acho que há uma instrumentação das pessoas, dos policiais e, olhando a grade curricular do curso vi a disciplina Conflitos e Sociedade, Discurso de Poder e Segurança,

---

<sup>8</sup> Evento que ficou conhecido como chacina do Jacarezinho. Ocorreu em 06/05/2021, quando morreram 29 pessoas, entre elas, um policial.

Justiça e Formas Alternativas de Administração de conflitos, Políticas Repressivas de Segurança Pública, Território e Segurança Pública. Enfim, você trazer para o agente de segurança pública todo esse conhecimento científico acumulado, que não é apenas alguns conhecimentos da área de direito, mas um conhecimento que reúne elementos diferentes dirigidos a esse convencimento, a mudança da cabeça do policial, e das forças de segurança pública como um todo, para ele sair desse papel dele, de uma política autoritária, os homens da lei, para uma polícia que pode poder entender melhor a sociedade tão injusta com a nossa, para, então, poder trabalhar nessa mediação desses conflitos, nessa mediação problemas.

Eu acho que talvez tenha sido essa a lição, ficou claro para mim que, se existe uma luz nesse túnel, seria exatamente fazer essa transformação através do conhecimento das pessoas. O que eu achei muito legal na convivência com vocês, foi ver um conjunto de pessoas muito entusiasmadas com essa possibilidade de mudança da cultura policial. Naquela época montamos o curso, também a secretaria de segurança pública queria o curso, estava com o Beltrame, com a Juliana, inclusive participava a polícia militar, que tinha no seu vice comandante o coronel Robson<sup>9</sup> um entusiasta apoiando o curso.

Acho que se somente um policial fizesse, como resultado deste curso, uma abordagem na rua diferente, utilizando técnicas mais aprimoradas de mediação do conflito, já teria valido a pena o esforço. Imagina centenas de policiais fazendo isso. E mais, a perspectiva de trazer essa cultura para dentro da corporação, não só da polícia militar, mas na secretaria de segurança pública (infelizmente não existe mais, mas deve voltar um dia) como uma política de estado. Foi legal perceber que isso estava de fato acontecendo! Então existia um processo de transformação, e pensar que a transformação das pessoas poderia gerar o mesmo efeito nas forças de segurança pública nessa direção foi muito legal, bacana mesmo. Não sei se estou me fazendo entender?

**Prof. Marcos:** Sim professor Carlos, perfeitamente! E entendo também que isso se relaciona com o seu comentário no dia do lançamento da revista, segundo o qual, o projeto do tecnólogo, se configura como um projeto capaz de fazer diferença no estado do Rio de Janeiro, é nesse sentido?

**Prof. Carlos:** Totalmente nesse sentido! Não somente, do ponto de vista de fazer a transformação do policial que está fazendo a abordagem na rua, com um conhecimento científico, entendendo o outro, que está na frente dele, com todas suas características sociais, mas também a possibilidade de criar uma cultura na polícia, que estava em andamento, estava sendo criado. No sentido do poder de transformação do policial em si, na postura do profissional, mas também, no conjunto das forças de segurança pública, como uma política de estado.

---

<sup>9</sup> Robson Rodrigues é Antropólogo, Consultor de Polícia e Segurança Pública, ex-Chefe do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

**Bruno Mibielli:** Professor, no dia do lançamento da revista<sup>10</sup> o Professor Kant mencionou que o curso do Tecnólogo tinha como objetivo, além de capacitar os praças<sup>11</sup>, dar chance de ascensão deles a oficial. Você se lembra dessa mudança? Poderia comentar?

**Prof. Carlos:** Sim, fomos várias vezes com o Kant e a Juliana conversar com o Robson. Tivemos várias vezes com a equipe do Robson na sede da Polícia Civil, que fica na lapa, foi muita conversa. Na verdade, seria mais do que isso, o praça, que entraria na corporação, faria parte do exame de ingresso também do CEDERJ, e ele estaria automaticamente incluído no curso, algo assim se não me engano. Então seria um processo de muita transformação e também permitiria que ele, evidentemente, se capacitasse na carreira dele dentro da polícia.

Isso era um aspecto muito legal do curso, e foi muito frustrante quando houve a mudança dessa perspectiva, quando ficou estabelecido que somente o curso de Direito permitiria a ascensão. Ficamos muito preocupados, já que isso desmanchava, naquele momento, parte do projeto que era essa interação entre as universidades e a Secretaria de Segurança Pública.

Eu insisto, é muito importante dizer, nada impede no futuro, que esse projeto (construído com o Robson e a Juliana) que encaixava na carreira desde o ingresso, com o policial passando pela prova no vestibular para depois estar capacitado a fazer o curso, volte a acontecer. Esse entrosamento entre a área de segurança pública e o CEDERJ pode ser resgatado, espero que o Estado volte a ter lideranças que tenham essa visão da área de segurança pública. Estou só destacando isso, porque acho que vocês poderiam puxar essa história, seria interessante entrevistar o Robson.

Enfim, a quebra desse entrosamento e desse aspecto do projeto foi muito frustrante. Agora, a coisa positiva, foi o que o Kant falou, nós ficamos muito preocupados que o curso ficasse mingüado, de que não teríamos mais um interesse tão forte, uma vez que não estava mais imbricado dentro da carreira do praça. Mas não foi o que aconteceu, o curso continua com boa procura pelo que o Kant falou. É muito gratificante pensar que, mesmo sem esse dispositivo, os agentes de segurança sentem que fazer o curso é um aspecto positivo na vida deles, só posso entender dessa forma. O que levaria um agente de segurança pública fazer um curso que já não está mais imbricado na carreira dele?

**Profª. Monica:** Sim, inclusive nos polos maiores a procura ainda é muito grande, e sempre tem alunos indo para o cadastro reserva. Campo Grande, Belford Roxo, São Gonçalo e

---

<sup>10</sup> Revista Campo Minado: estudos sobre Segurança Pública foi idealizada pelo Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC), vinculado ao INCT-InEAC e criada no âmbito do curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF, graduação na modalidade semipresencial, oferecida por meio do Consórcio CEDERJ-CECIEJ/UFF (SPU/UFF).

<sup>11</sup> Como são chamados os soldados da PMERJ que não integram o oficialato da instituição.

Niterói ainda têm bastante procura, mas a gente também achou que não ia ter mais. E são exatamente nesses polos que, com o projeto do LABIAC, a gente conseguiu avançar mais.

**Prof. Marcos:** Se pensar nessas localidades, Campo Grande, Belford Roxo e São Gonçalo, nós temos indicadores de segurança pública que não são nada alvissareiros, mas o curso atrai e acaba cumprindo sua função.

**Prof. Carlos:** Quando pensamos quais dentre nossos polos teria oferta do curso pensamos nisso, não foi uma escolha gratuita a escolha do polo de Belford Roxo, por exemplo. Cada polo desse tem sua história, tem um detalhe, mas as escolhas não foram fortuitas. Campo Grande entre outros na região metropolitana, mas também polos como Itaperuna entre outros no interior, cidades referência em diferentes regiões do estado.

E uma coisa que eu sempre gostava de fazer, desde o início do curso, era visitar os polos e conversar com os alunos, também gostava de ir nas formaturas, achava aquilo emocionante, as homenagens aos professores, ao Lenin (Pires), ao Pedro (Heitor), ao Kant, pessoas incríveis. Aproveitava para conversar muito com policiais e agentes de segurança nessas oportunidades e eles falavam dessa transformação que estavam passando. É claro que eles estavam com o presidente da Fundação CECIERJ, mas eu acredito mesmo que o curso tenha conseguido fazer uma transformação de pensamento, e essas pessoas podem depois virar lideranças, como o Robson. Ele foi aluno da UFF, ficou vice-comandante e, como liderança na polícia, trouxe essa filosofia, que infelizmente depois, foi abandonada pelo novo comando.

**Prof. Marcos:** Acaba sendo uma coisa cíclica, dos mandatos. Acho que esse é um grande desafio, atravessar a política nos ciclos dos mandatos.

**Prof. Carlos:** É, eu dei sorte e peguei bons momentos, por exemplo estive no MEC na época do Haddad e vivenciei momentos fantásticos na educação, mas aí já é outra conversa, ficaríamos horas neste tema. Resumindo, criamos naquela época no MEC a Universidade Aberta do Brasil, o @tec Brasil para o ensino técnico, a Plataforma Paulo Freire para formação continuada dos professores, entre outros. Por outro lado, conseguimos reprimir algumas práticas ruins no EAD, com muito apoio do governo. Passamos por audiências públicas que setores da educação privada armaram para nos questionar, mas sempre tivemos todo apoio ministerial, com assessoria jurídica, apoio também do Ministério Público. Hoje, infelizmente, a gente se depara com o contrário, pessoas sendo demitidas porque se colocaram contra um ensino de baixa qualidade.

**Prof. Marcos:** Professor, poderia falar um pouco de seu novo projeto, que é o Observatório de Ensino.

**Prof. Carlos:** Antes de te responder, Marcos, deixa eu falar mais uma coisa, não sei se consegui falar no dia do lançamento da Revista (Campo Minado), mas o projeto do CEDERJ tinha uma falha estrutural. Para os alunos que querem seguir uma carreira acadêmica, ser um pesquisador, estar em um *campus* da universidade, o ensino presencial favorece mais essa perspectiva. Não que seja impossível fazer com Ead, muitos alunos do CEDERJ fizeram doutorado, por exemplo, a coordenadora do curso de química da UENF no consórcio, uma pesquisadora Doutora concursada da UENF, foi aluna de graduação do curso de Ead do Cederj.

O curso de Segurança Pública oferece essa visão mais crítica e direciona, de alguma maneira, os alunos à perspectiva de pesquisa. Mas eu acho que fica faltando um pouco, aquela facilidade do contato presencial por exemplo para os alunos de iniciação científica com professores que trabalham com pesquisa, como o professor Kant, o Pedro, e você, Marcos.

Enfim, então eu acho que esse espaço da Revista Campo Minado e outros espaços que o tecnólogo vem criando são muito importantes porque eles favorecem a produção científica e compensam essa falha da distância do ambiente acadêmico. Essa reflexão que o curso de Segurança Pública traz é muito interessante e, se o projeto do CEDERJ fosse começar hoje, muita coisa eu faria diferente, inclusive a metodologia, incluindo mais o componente de pesquisa.

Bom, desculpa essa volta toda, mas eu não queria deixar de falar sobre isso, mas agora vamos voltar à questão do Observatório da Educação. Nós temos um problema muito sério no ensino superior no Brasil, eu tenho pesquisado e tenho um artigo intitulado: “Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil”<sup>12</sup>. Ocorre atualmente uma desregulamentação da área, e isso não é fortuito, ela vem pela pressão de grandes grupos privados de ensino, e temos uma “cartelização” do ensino superior, por grandes grupos como o Kroton, Unip, Estácio e outros grandes grupos. E estes grandes grupos utilizam educação a distância nesse contexto, ou seja, eles vão enfraquecendo as instituições presenciais e vão levando os alunos para educação a distância, muitas destas ofertas são de baixa qualidade

Esses grupos usam falsa propaganda, de que são bem-conceituados no MEC, e, aliás, não posso nem dizer que fazem falsa propaganda na verdade, porque existe um índice chamados IGC<sup>13</sup> - Índice Geral de Curso - que é completamente equivocados e falho para educação a distância. Então, por exemplo, a UNIP tem o curso de Serviço Social que tem trinta mil alunos e vinte professores e, todos esses vinte professores são doutores e têm dedicação exclusiva, aí, pelo IGC, já conta um ponto em cinco. Isso é uma avaliação errada, se você tem somente vinte professores para trinta mil alunos, e ainda ganha um ponto pela qualificação, está errado, deveria perder ponto por não ter professor suficiente, independente da qualificação.

---

<sup>12</sup> <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/99946>

<sup>13</sup> <http://portal.mec.gov.br/igc>

Então existe distorção hoje nos Sistema Nacional de Avaliação – SINAIS para este Índice Geral de Curso. Muitas instituições usam esse carimbo, de curso bem avaliado pelo MEC, para os anúncios de televisão, quando na verdade é um problema da construção deste índice no que toca a Ead. Quando este sistema foi criado tínhamos essa perspectiva de fazer uma visão mais ampla, com diferentes componentes entre eles, por exemplo, a avaliação dos alunos, mas as instituições privadas com fins lucrativos que tem foco principal no lucro são espertas e entram nas brechas. Enfim, hoje estamos com um problema sério de oferta de ensino superior e os alunos são levados a não entender totalmente o lugar onde estão estudando. Eu venho combatendo isso, e tive essa ideia de oferecer aos alunos um lugar onde possam ter acesso à informação, que é o observatório.

Uma outra coisa muito grave, é o crescimento do número de alunos em instituições com fins lucrativos, com ações negociadas na bolsa de valores. Essas instituições não têm a perspectiva fundada no ensino, mas sim de uma empresa que tenha ações na bolsa, e que jogam com a permanência do aluno, mesmo que seja por um semestre ou dois, tudo pela lógica de lucrar mais, simples assim. Não é à toa que a presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), chama-se Elizabeth Guedes, irmã do Ministro Paulo Guedes.

Essas pessoas alegam que esse é o modelo liberal de ensino, mas por exemplo nos Estados Unidos houve, entre 2006 e 2010, um processo de crescimento do ensino superior em instituições com fins lucrativos que levou à uma precarização de parte do ensino por lá. Isso gerou uma comissão do senado americano, que fez o estudo maravilhoso, e que estabeleceu regras. Porque o problema era muito parecido com o nosso, gastavam mais com propaganda do que com o ensino, estavam interessados que o aluno permanecesse mais tempo independente da qualidade de avaliação para poder ganhar mais dinheiro. Com a regulação nos E.U.A. decorrente deste e outros estudos houve uma queda a partir de 2012 nesse tipo de cursos oferecidos por instituições com fins lucrativos. Portanto, não é verdade que esse modelo de educação seja intrínseco ao modelo neoliberal capitalista, até nos E.U.A. isso é uma aberração.

Como um ato de tentativa de resistência a isso, construí recentemente um site ([observatorioensino.org.br](http://observatorioensino.org.br)) para que os alunos que pretendem escolher uma determinada Instituição de ensino superior possam ver quais são as ofertas de curso presencial e com Ead em seu município, contendo os índices de evasão e os resultados do Enade<sup>14</sup>. Lá o usuário pode também olhar a distribuição de notas dos alunos na prova do Enade e poderá, por exemplo, observar que parte dos alunos do curso de serviço social com Ead da UNIP tem um desempenho assustador, com um número significativo de alunos com notas na prova específica abaixo de 2 em 10.

Bom, a ideia é essa, que a pessoa possa, de qualquer lugar do Brasil, olhar o que está sendo oferecido, e ter alguns elementos a mais, que não somente a propaganda na

---

<sup>14</sup> Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

televisão destes grandes grupos. O site ainda está no seu início, imagino que precise ser muito aprimorado até porque não contei com ajuda de técnicos, tive de aprender do zero a criar um site. Espero que possa ajudar, e, por favor, qualquer sugestão de aprimoramento enviem para meu email que é carledubiel@gmail.com

Esse esforço é porque eu fico muito preocupado com essa situação que passa o ensino superior no país com tantos interesses a favor de um movimento de cartelização e precarização. Tivemos uma experiência complexa quando estávamos responsáveis pela regulação e supervisão da Ead do país como secretário de educação a distância do MEC entre 2006 e 2010. Por exemplo, tinha um senhor Colombiano chamado Carlos, que criou um sistema de educação à distância que aprisionou a UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins), chegando a ter 110 mil alunos de graduação em todo o país. Pesquisando o sistema, descobrimos que ele era muito ruim do ponto de vista de oferecer ensino minimamente qualificado aos alunos. Tivemos uma forte pressão política para deixar pra lá, mas com todo o apoio do Fernando Haddad e da equipe do Lula levamos o processo ao final, e o curso acabou descredenciado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação. Até isso acontecer foi uma longa trajetória, pressão de governador, deputados, audiências públicas na câmara dos deputados, por exemplo. E hoje não temos dirigentes que brequem este processo de precarização, muito ao contrário. Então, digamos assim, que é apenas um ato de resistência que estou tentando fazer com o Observatório, pode ser ingenuidade a minha, mas acho que posso ajudar.

**Prof. Marcos:** Muito bom professor, o mundo precisa de gente como você, que procure as batalhas justas e necessárias! Bom, eu acho que é isso que queríamos, pergunto se os colegas e tem mais alguma pergunta? E Carlos, você tem alguma coisa que a gente não perguntou, que você acha importante dizer nesse contexto?

**Prof. Carlos:** Espero ter dado conta do recado, ter contado um pouco a história do CEDERJ. Bom, aproveitar também para dizer que tenho muito orgulho de ter participado desse processo de criação do curso de Segurança Pública, e além de ter sido uma experiência que aprendi muito, tive oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas, tanto na UFF com Kant, Pedro, Lenin e tantos outros quanto na Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, o Robson e a Juliana.

Sinto orgulho de poder ter dado uma contribuição, ajudar a viabilizar os recursos, contribuir também no processo de criação do ensino a distância. Enfim, foi uma felicidade poder ter convivido com vocês, foi um período bom.

**Prof. Marcos:** Para gente também professor! Por isso esse espaço para o senhor contar um pouco dessa trajetória. Encerramos por aqui então, muito obrigado pela entrevista Professor Carlos.